



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SELOG/SR/PF/ES

MEMORIAL DESCRITIVO

**REFORMA DA DELEGACIA DA POLÍCIA FEDERAL EM CACHOEIRO DE
ITAPEMIRIM/ES – DPF/CIT/ES**

Processo SEI nº 08285.007947/2025-71

Objeto: Contratação de empresa de engenharia para execução de adequações e reformas na Delegacia de Polícia Federal em Cachoeiro de Itapemirim - DPF/CIT/ES.

1. OBJETO E FINALIDADE

O presente Memorial Descritivo tem por finalidade apresentar, de forma detalhada, fundamentada e tecnicamente justificada, a descrição das soluções de engenharia adotadas para a execução dos serviços de reforma e adequação da Delegacia da Polícia Federal em Cachoeiro de Itapemirim/ES, complementando as informações constantes nos projetos gráficos e no Caderno de Encargos/Especificações Técnicas. O documento é elaborado em consonância com as boas práticas aplicáveis às contratações públicas de engenharia, especialmente no que se refere à necessidade de explicitação das soluções técnicas adotadas e de suas respectivas justificativas, de modo a permitir o pleno entendimento do projeto, assegurar a rastreabilidade das decisões técnicas e viabilizar o adequado exercício da fiscalização e do controle externo.

2. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

O objeto consiste na contratação de empresa especializada para execução de serviços de engenharia destinados à reforma e adequação das instalações físicas, elétricas, lógicas e de climatização da Delegacia da Polícia Federal em Cachoeiro de Itapemirim/ES, incluindo fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e todos os insumos necessários à completa execução dos serviços.

Os serviços são classificados como serviço comum de engenharia, de natureza não contínua e executado por escopo, com regime de execução por empreitada por preço unitário, conforme previsto na legislação vigente.

3. IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

O presente Projeto Básico refere-se à contratação de empresa especializada para execução de serviços de engenharia destinados à reforma e adequação das instalações da Delegacia da Polícia Federal em Cachoeiro de Itapemirim/ES (DPF/CIT/ES), localizada na Av. Domingos Alcino Dadalto, nº 367, bairro IBC, CEP 29315-314. A contratação está vinculada ao Processo SEI nº 08285.007947/2025-71.

A Delegacia da Polícia Federal em Cachoeiro de Itapemirim/ES constitui unidade estratégica da Polícia Federal, desempenhando funções essenciais relacionadas à segurança pública e à prestação de serviços à sociedade. O conjunto edificado encontra-se implantado em terreno com área aproximada de 16.116,89 m², possuindo área construída de aproximadamente 769,43 m².

A edificação apresenta tipologia construtiva convencional, com sistemas em alvenaria, revestimentos

argamassados, esquadrias metálicas e instalações prediais típicas de edificações administrativas. A necessidade da intervenção decorre do desgaste natural, da obsolescência de sistemas e da necessidade de adequação às exigências normativas e operacionais atuais.

O diagnóstico técnico da edificação evidencia a ocorrência de degradação natural dos materiais ao longo do tempo, associada à obsolescência dos sistemas prediais e à inadequação funcional dos ambientes em relação às atuais demandas operacionais da Polícia Federal. Verifica-se, em especial, a existência de limitações relacionadas à organização espacial, à segregação de fluxos, à capacidade das instalações elétricas e à infraestrutura de tecnologia da informação, o que compromete tanto a eficiência das atividades institucionais quanto as condições de atendimento ao público e de trabalho dos servidores.

Diante desse cenário, a intervenção proposta justifica-se tecnicamente como medida necessária para restabelecimento das condições adequadas de uso da edificação, ampliação de sua vida útil e adequação aos requisitos normativos e operacionais vigentes.

4. BENEFÍCIOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação apresenta benefícios institucionais, operacionais e sociais diretamente relacionados à superação das deficiências estruturais atualmente verificadas na Delegacia da Polícia Federal em Cachoeiro de Itapemirim/ES, conforme diagnóstico constante do Estudo Técnico Preliminar .

Atualmente, a unidade apresenta limitações significativas de infraestrutura que impactam negativamente tanto o atendimento ao público quanto o desempenho das atividades institucionais, destacando-se, de forma crítica, a inadequação dos espaços destinados ao atendimento de serviços de passaporte. Conforme evidenciado no ETP, a unidade apresenta um dos piores índices de satisfação dos usuários no Estado do Espírito Santo, situação diretamente associada à ausência de ambiente adequado, obrigando usuários a aguardarem atendimento em área externa, sem condições mínimas de conforto e proteção climática.

Nesse contexto, a solução proposta permitirá a reconfiguração funcional da unidade com realocação de atividades e criação de espaço específico destinado ao atendimento ao público. Tal medida promove a segregação física entre atividades administrativas e atividades de polícia judiciária, eliminando a coexistência inadequada dessas funções em um mesmo ambiente, situação que atualmente compromete a segurança orgânica da unidade.

A intervenção também proporcionará melhoria significativa das condições de trabalho dos servidores, uma vez que os ambientes existentes apresentam limitações relacionadas à ergonomia, iluminação, infraestrutura elétrica e lógica, fatores que impactam diretamente a produtividade e a saúde ocupacional. A adequação dos espaços, aliada à modernização das instalações, permitirá a criação de ambientes mais eficientes, seguros e compatíveis com as exigências operacionais contemporâneas.

Outro benefício relevante refere-se à modernização da infraestrutura tecnológica, especialmente no que diz respeito à rede estruturada de dados e às instalações elétricas, atualmente caracterizadas por instabilidades e limitações decorrentes de sucessivas adaptações ao longo do tempo. A substituição desses sistemas possibilitará maior confiabilidade, suporte à integração digital e compatibilidade com tecnologias emergentes, incluindo automação de processos e sistemas baseados em inteligência artificial, conforme diretrizes institucionais.

Sob a ótica patrimonial, a contratação contribui para a preservação e valorização do imóvel público, garantindo sua adequada conservação ao longo de seu ciclo de vida útil. Conforme destacado no ETP, as edificações públicas não podem ser tratadas como bens descartáveis, sendo dever da Administração assegurar sua manutenção, funcionalidade e durabilidade, evitando custos futuros decorrentes de degradação progressiva.

Adicionalmente, a intervenção permitirá a adequação da unidade ao Manual de Padronização de Identidade Visual da Polícia Federal, corrigindo inconformidades existentes e fortalecendo a imagem institucional do órgão perante a sociedade.

Dessa forma, a contratação configura-se como investimento estruturante, alinhado às diretrizes estratégicas da Polícia Federal e aos princípios da Administração Pública, especialmente aqueles relacionados à eficiência, efetividade, economicidade e melhoria da qualidade dos serviços prestados à sociedade.

5. PREMISSAS E JUSTIFICATIVAS GERAIS DA SOLUÇÃO ADOTADA

A solução de engenharia adotada fundamenta-se na necessidade de requalificação e modernização da infraestrutura física da Delegacia da Polícia Federal em Cachoeiro de Itapemirim/ES, conforme diagnóstico técnico apresentado no Estudo Técnico Preliminar, o qual evidencia que as condições atuais da edificação comprometem tanto a eficiência operacional quanto a qualidade dos serviços prestados.

A opção pela intervenção em edificação existente, em detrimento da construção de nova unidade, justifica-se sob o ponto de vista técnico e econômico, uma vez que o imóvel apresenta condições estruturais adequadas, sendo possível sua readequação para atendimento às demandas atuais mediante intervenções de reforma e modernização. Tal decisão encontra respaldo no princípio da economicidade, evitando dispêndios desproporcionais e promovendo o aproveitamento do patrimônio público já disponível.

A reorganização funcional dos ambientes constitui elemento central da solução adotada, tendo em vista a inadequação da configuração atual, que não assegura a segregação necessária entre atividades de atendimento ao público e atividades de polícia judiciária. Essa condição, conforme evidenciado no ETP, representa risco à segurança institucional e compromete a eficiência dos fluxos operacionais. A solução proposta, ao promover essa segregação, atende diretamente às necessidades identificadas e contribui para a melhoria da segurança orgânica da unidade.

A modernização das instalações elétricas e da rede lógica justifica-se pela existência de sistemas antigos e adaptados ao longo do tempo, que apresentam instabilidades e não atendem às demandas atuais de carga e conectividade. A substituição desses sistemas é necessária para garantir confiabilidade operacional, segurança e suporte às novas tecnologias utilizadas pela instituição, incluindo sistemas digitais avançados e automação de processos.

No que se refere ao sistema de climatização, a solução adotada decorre da inadequação das condições térmicas atualmente verificadas, que impactam negativamente o conforto dos usuários e o desempenho das atividades. A implantação de sistema adequado visa assegurar condições ambientais compatíveis com o uso administrativo da edificação, contribuindo para a eficiência operacional e o bem-estar dos ocupantes.

Adicionalmente, a solução contempla a adequação dos ambientes às exigências normativas relacionadas à segurança, acessibilidade, conforto ambiental e ergonomia, conforme diretrizes estabelecidas no ETP. A intervenção também considera a necessidade de preparação da edificação para absorção de avanços tecnológicos, garantindo integração entre ambiente físico e sistemas digitais.

De forma geral, as soluções adotadas foram definidas com base em critérios técnicos de durabilidade, eficiência, facilidade de manutenção e compatibilidade com a edificação existente, evitando intervenções desnecessárias e assegurando que os recursos públicos sejam aplicados de forma racional e eficaz.

Assim, a solução proposta não se configura apenas como intervenção corretiva, mas como medida estratégica voltada à modernização da unidade, ao aprimoramento dos serviços prestados e ao alinhamento da infraestrutura física às diretrizes institucionais da Polícia Federal.

6. METODOLOGIA EXECUTIVA E JUSTIFICATIVA DA ABORDAGEM

A execução dos serviços será realizada de forma planejada e faseada, considerando a necessidade de manutenção das atividades da unidade durante a obra. Essa abordagem justifica-se pela natureza do imóvel, que permanece em uso, exigindo que as intervenções sejam conduzidas de modo a minimizar interferências nas operações institucionais.

Inicialmente, será implantado o canteiro de obras, cuja organização deverá considerar as restrições físicas do local e a necessidade de garantir segurança e acessibilidade. A definição de áreas de apoio, circulação e armazenamento será realizada de forma a evitar conflitos com o funcionamento da unidade.

Na sequência, serão executados os serviços de demolição controlada, etapa necessária para remoção de elementos incompatíveis com a nova configuração. A adoção de demolição controlada, em substituição a métodos mais agressivos, justifica-se pela necessidade de preservar a integridade dos elementos estruturais existentes e reduzir riscos durante a execução.

As etapas subsequentes compreenderão a recomposição dos ambientes, a implantação das instalações prediais e a execução dos acabamentos, seguindo sequência lógica que permita a adequada integração

entre as disciplinas e evite retrabalhos. Durante todo o processo, será mantido controle contínuo por meio de registros formais e acompanhamento da fiscalização, conforme previsto no Caderno de Encargos.

7. DESCRIÇÃO DETALHADA DAS SOLUÇÕES CONSTRUTIVAS

A descrição das soluções construtivas adotadas para o presente empreendimento encontra-se estruturada em consonância direta com a planilha orçamentária sintética, de modo a assegurar plena correspondência entre os serviços previstos, os quantitativos estimados e as soluções técnicas definidas. Tal abordagem garante rastreabilidade entre os documentos que compõem a contratação, permitindo não apenas a compreensão integral do escopo, mas também o adequado controle técnico, físico e financeiro da execução, conforme exigido pelas boas práticas de engenharia pública e pelos órgãos de controle.

7.1. Serviços Preliminares e Administração Local

Os serviços preliminares previstos na planilha orçamentária compreendem o conjunto de atividades indispensáveis à implantação, organização e gestão do canteiro de obras, incluindo a mobilização de equipe técnica, a instalação de estruturas provisórias e o gerenciamento das atividades. A previsão de profissionais como engenheiro civil e encarregado geral justifica-se pela necessidade de supervisão contínua e controle técnico rigoroso, especialmente considerando que a intervenção ocorrerá em edificação existente e em operação.

A implantação de estruturas provisórias, tais como áreas de apoio, armazenamento e instalações sanitárias, decorre da inexistência de infraestrutura adequada que permita a execução dos serviços sem interferência nas atividades da unidade. Da mesma forma, a execução de tapumes, sinalizações e dispositivos de isolamento justifica-se pela necessidade de garantir a segurança dos usuários e trabalhadores, além de atender às exigências normativas de segurança do trabalho.

A previsão de ligações provisórias de água e esgoto, bem como das atividades de mobilização e desmobilização, está associada à necessidade de garantir autonomia operacional ao canteiro, evitando interferências indevidas nos sistemas existentes. Adicionalmente, a inclusão de serviços relacionados à elaboração de projetos executivos e documentação “as built” justifica-se pela necessidade de detalhamento técnico durante a execução e pelo registro das condições finais da edificação, garantindo suporte à gestão futura do ativo.

7.2. Demolições e Retiradas

Os serviços de demolição e retirada previstos na planilha orçamentária correspondem à remoção seletiva de elementos construtivos e instalações existentes que se mostram incompatíveis com a nova configuração proposta. A adoção de demolição controlada, em detrimento de intervenções generalizadas, justifica-se pela necessidade de preservar os elementos estruturais existentes e evitar custos desnecessários com reconstrução.

Essa etapa constitui condição indispensável para a viabilização das novas soluções de layout, permitindo a liberação de áreas para implantação dos novos ambientes e sistemas. Além disso, a execução controlada dessas atividades contribui para a adequada gestão dos resíduos gerados, reduzindo impactos ambientais e operacionais.

7.3. Execução de Fechamentos em Alvenaria

A execução de novos fechamentos em alvenaria está diretamente relacionada à reconfiguração funcional dos ambientes internos, conforme previsto na planilha orçamentária. A solução adotada fundamenta-se na necessidade de reorganização espacial da unidade, corrigindo deficiências identificadas na configuração existente, especialmente no que se refere à segregação de fluxos e à adequação dos ambientes às atividades desempenhadas.

A opção pela utilização de alvenaria, em detrimento de soluções mais leves em determinados ambientes, justifica-se pela necessidade de maior robustez, segurança e isolamento, características essenciais para

ambientes vinculados a atividades institucionais sensíveis. Dessa forma, a solução adotada apresenta melhor desempenho técnico e maior durabilidade.

7.4. Pisos e Revestimentos

Os serviços de pisos e revestimentos previstos na planilha orçamentária refletem a necessidade de substituição de materiais existentes que apresentam desgaste, deterioração ou inadequação às condições de uso atuais. A adoção de novos revestimentos justifica-se pela melhoria da durabilidade, pela facilidade de manutenção e pelo atendimento às exigências de higiene e salubridade, especialmente em ambientes de uso coletivo.

A substituição integral, em vez de intervenções pontuais, mostra-se tecnicamente mais adequada, uma vez que evita descontinuidades, reduz a necessidade de manutenção futura e assegura maior uniformidade e qualidade final da edificação.

7.5. Ambientes de Apoio: Banheiros e Copas

As intervenções previstas em banheiros e copas, conforme indicado na planilha orçamentária, decorrem da necessidade de adequação desses ambientes às normas sanitárias e de acessibilidade, bem como da atualização de equipamentos e instalações. A solução adotada visa garantir funcionalidade, conforto e conformidade normativa, substituindo sistemas e componentes obsoletos por soluções mais eficientes e duráveis.

Essa abordagem evita a adoção de medidas paliativas que não atenderiam plenamente às exigências atuais, assegurando maior vida útil aos sistemas implantados.

7.6. Portas, Forros e Divisórias

A substituição e instalação de portas, forros e divisórias previstas na planilha orçamentária estão associadas à melhoria do desempenho funcional dos ambientes, permitindo maior flexibilidade de uso, melhor controle acústico e adequada integração com os sistemas prediais.

A solução adotada considera a necessidade de compatibilização com as novas configurações espaciais e com as instalações, garantindo desempenho técnico superior em relação aos elementos existentes, os quais apresentam limitações de uso e conservação.

7.7. Pintura Interna e Externa

Os serviços de pintura interna e externa previstos na planilha orçamentária não se limitam a aspectos estéticos, sendo fundamentais para a proteção das superfícies e aumento da durabilidade dos elementos construtivos. A execução dessa etapa após a conclusão das demais intervenções assegura melhor qualidade de acabamento e uniformidade visual.

A solução adotada contribui para a preservação da edificação e para a padronização visual institucional, atendendo aos critérios de conservação do patrimônio público.

7.8. Instalações Hidrossanitárias

As intervenções nas instalações hidrossanitárias, contemplando tubulações e conexões, justificam-se pela necessidade de substituição de sistemas obsoletos e pela adequação às novas configurações dos ambientes. A solução adotada visa garantir funcionamento adequado, estanqueidade e conformidade com as normas técnicas vigentes.

A substituição integral desses sistemas, em vez de intervenções pontuais, reduz riscos de falhas e custos de manutenção futura, sendo tecnicamente mais eficiente.

7.9. Sistema de Climatização

A implantação do sistema de climatização prevista na planilha orçamentária decorre da inadequação das condições térmicas atuais da edificação, que não atendem às exigências de conforto para ambientes administrativos. A solução adotada visa assegurar condições adequadas de temperatura e qualidade do ar, contribuindo para o desempenho das atividades institucionais e o bem-estar dos usuários.

7.10. Instalações Elétricas

As instalações elétricas previstas refletem a necessidade de modernização completa do sistema, tendo em vista a insuficiência da infraestrutura existente para atender às demandas atuais de carga e segurança. A adoção de novos quadros, circuitos e dispositivos de proteção justifica-se pela necessidade de garantir conformidade com normas técnicas, confiabilidade operacional e redução de riscos de falhas.

7.11. Rede Lógica e Infraestrutura de Telecomunicações

A implantação da rede lógica estruturada prevista na planilha orçamentária justifica-se pela necessidade de suporte adequado às atividades institucionais, que dependem intensamente de sistemas de informação e comunicação. A solução adotada proporciona maior desempenho, flexibilidade e facilidade de manutenção, sendo tecnicamente superior à manutenção da infraestrutura existente.

7.12. Limpeza Final e Entrega da Obra

A previsão de serviços de limpeza geral ao final da execução decorre da necessidade de entrega da edificação em condições adequadas de uso, com todos os sistemas em pleno funcionamento. Essa etapa é essencial para garantir a aceitação dos serviços e a imediata operacionalização da unidade após a conclusão da obra.

8. COMPATIBILIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO DOS SISTEMAS

A solução adotada considera a integração entre todas as disciplinas envolvidas, evitando interferências e conflitos entre sistemas. A compatibilização prévia entre arquitetura e instalações é fundamental para garantir a viabilidade técnica das soluções e evitar retrabalhos durante a execução.

9. CONTROLE DE QUALIDADE, MEDIÇÃO E FISCALIZAÇÃO

O controle de qualidade dos serviços será realizado por meio de inspeções e testes, assegurando conformidade com as especificações técnicas. As medições serão baseadas exclusivamente nos serviços efetivamente executados, não sendo admitido pagamento por materiais não instalados. A fiscalização terá competência para rejeitar serviços inadequados e exigir sua correção.

10. RECEBIMENTO E GARANTIA DOS SERVIÇOS

O recebimento dos serviços será realizado em etapas, compreendendo o recebimento provisório e definitivo, conforme procedimentos estabelecidos. A contratada será responsável pela garantia dos serviços pelo prazo mínimo de trinta e seis meses, devendo assegurar o pleno funcionamento das soluções adotadas.

11. QUADRO RESUMO DAS PRANCHAS DO PROJETO

O conjunto de pranchas que compõe o Projeto Básico encontra-se organizado e identificado conforme quadro resumo a seguir, que apresenta a codificação, a disciplina e a descrição técnica de cada documento gráfico, com o objetivo de facilitar sua rastreabilidade, controle e utilização durante a execução contratual.

CÓDIGO	DISCIPLINA	TÍTULO DA PRANCHA	DESCRIÇÃO TÉCNICA
ARQ-01	Arquitetura	Planta Baixa de Arquitetura – NA – Núcleo de Análises	Representação da configuração atual da edificação, com identificação dos ambientes e usos e indicação das intervenções previstas, com identificação de elementos a demolir e construir
ARQ-02	Arquitetura	Planta de Paginação de Piso e de Forro – NA – Núcleo de Análises	Especificação e distribuição dos revestimentos de piso e definição do sistema de forro e sua modulação
ARQ-03	Arquitetura	Vistas Internas - NA – Núcleo de Análises	Detalhamento de elevações internas e acabamentos
ARQ-04	Arquitetura	Planta Baixa de Arquitetura – NO – Núcleo de Operações	Representação da configuração atual da edificação, com identificação dos ambientes e usos e indicação das intervenções previstas, com identificação de elementos a demolir e construir
ARQ-05	Arquitetura	Planta de Paginação de Piso e de Forro – NO – Núcleo de Operações	Especificação e distribuição dos revestimentos de piso e definição do sistema de forro e sua modulação
ARQ-06	Arquitetura	Vistas Internas - NO – Núcleo de Operações	Detalhamento de elevações internas e acabamentos
ARQ-07	Arquitetura	Vistas Internas - NO – Núcleo de Operações	Detalhamento de elevações internas e acabamentos
ARQ-08	Arquitetura	Planta Baixa de Arquitetura – Delegacia; Fachadas – Delegacia	Representação da configuração atual da edificação, com identificação dos ambientes e usos e indicação das intervenções previstas, com identificação de elementos a demolir e construir Representação das fachadas com definição de materiais e acabamentos
ARQ-09	Arquitetura	Detalhes Construtivos – Delegacia	Detalhamento executivo de elementos arquitetônicos
ARQ-10	Arquitetura	Guarita e Edificações Complementares	Plantas, cortes e fachadas de estruturas auxiliares

CÓDIGO	DISCIPLINA	TÍTULO DA PRANCHA	DESCRIÇÃO TÉCNICA
ELE-01	Elétrica	Implantação Elétrica	Traçado geral das instalações elétricas
ELE-02	Elétrica	Diagrama de Cargas	Dimensionamento e distribuição dos circuitos
ELE-03	Elétrica	QGBT – Detalhamento	Detalhamento do quadro geral de baixa tensão
ELE-04	Elétrica	Quadros de Cargas	Consolidação das cargas por circuito
LOG-01	Rede Lógica	Implantação da Rede Lógica	Distribuição da infraestrutura de telecomunicações
LOG-02	Rede Lógica	Detalhamento da Rede Estruturada	Especificação de cabeamento, racks e pontos de dados

O quadro acima constitui instrumento de controle e referência para a execução dos serviços, devendo ser utilizado pela contratada e pela fiscalização como base para identificação, conferência e validação dos documentos técnicos que compõem o empreendimento, bem como para elaboração do projeto executivo por parte da contratada.

12. CONCLUSÃO

As soluções de engenharia adotadas no presente empreendimento encontram-se tecnicamente justificadas, sendo compatíveis com as características da edificação existente e adequadas às necessidades operacionais da Polícia Federal. O presente Memorial Descritivo, ao apresentar de forma detalhada e fundamentada tais soluções e suas justificativas, atende plenamente à exigência de descrição do objeto projetado, possibilitando o completo entendimento do projeto e subsidiando a adequada execução e fiscalização dos serviços.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO

GABRIEL ROCHA SOARES
Integrante Requisitante

GUILHERME CUNHA GUIGNONE
Integrante Técnico

CARLOS MANOEL GRATEX RIBEIRO
Integrante Administrativo



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS MANOEL GRATEX RIBEIRO**, **Escrivão(ã) de Polícia Federal**, em 11/06/2026, às 12:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **GUILHERME CUNHA GUIGNONE**, **Engenheiro (a)**, em 11/06/2026, às 11:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=146521117&crc=050C7041](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=146521117&crc=050C7041).

Código verificador: **146521117** e Código CRC: **050C7041**.